

PORTARIA TRE Nº 51, DE 26 DE MAIO DE 2020.

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 1º quadrimestre de 2020, constante do Anexo desta Portaria.

Desembargador ROGÉRIO MEDEIROS

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS¹
	LIQUIDADAS														
	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.030.896,49	44.859.774,64	43.985.139,10	44.207.535,91	44.242.186,50	44.298.327,75	66.822.024,07	59.205.057,15	59.005.471,12	43.970.960,39	44.891.523,93	45.308.691,54	584.827.588,59	476.315,00	
Pessoal Ativo	35.343.866,79	36.156.419,34	35.207.438,02	35.418.512,36	35.405.278,82	35.495.879,01	53.754.919,04	50.110.429,20	45.570.567,00	35.075.196,32	35.973.609,18	36.338.829,42	469.850.944,50	437.131,61	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.311.607,03	31.155.399,62	30.189.917,37	30.419.552,87	30.422.612,24	30.520.155,86	44.066.231,39	45.117.535,93	40.626.702,55	30.124.045,12	29.844.784,86	30.201.454,05	402.999.998,89	430.948,33	
Obrigações Patronais	5.032.259,76	5.001.019,72	5.017.520,65	4.998.959,49	4.982.666,58	4.975.723,15	9.688.687,65	4.992.893,27	4.943.864,45	4.951.151,20	6.128.824,32	6.137.375,37	66.850.945,61	6.183,28	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	8.836.907,68	8.802.448,74	13.067.105,03	9.094.627,95	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	114.976.644,09	39.183,39	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.961.562,69	6.992.504,32	7.052.020,93	7.014.799,45	7.014.531,67	7.034.801,85	10.435.201,08	7.342.120,83	10.747.898,36	7.179.831,85	7.188.311,15	7.236.154,31	92.199.738,49	24.183,39	
Pensões	1.725.467,01	1.710.850,98	1.725.680,15	1.774.224,10	1.822.376,01	1.767.646,89	2.631.903,95	1.752.507,12	2.687.005,76	1.715.932,22	1.729.603,60	1.733.707,81	22.776.905,60	15.000,00	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.688.228,22	8.703.355,30	8.784.118,86	8.795.413,07	8.836.907,68	8.793.967,18	8.469.568,03	18.668,51	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	101.308.671,91	8.397,45	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.198,52	-	6.417,78	6.389,52	-	-	-	3.595,66	-	-	-	-	17.601,48	8.397,45	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	8.836.907,68	8.793.967,18	8.469.568,03	15.072,85	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	101.291.070,43	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	35.342.668,27	36.156.419,34	35.201.020,24	35.412.122,84	35.405.278,82	35.504.360,57	58.352.456,04	59.186.388,64	45.570.567,00	35.075.196,32	35.973.609,18	36.338.829,42	483.518.916,68	467.917,55	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	483.986.834,23	0,055051
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	667.936.417,30	0,075975
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	634.539.596,43	
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	601.142.775,57	0,072176
		0,068378

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 22/05/2020, 16h32min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020 (DOU Edição nº 99, p. 23, de 26 de maio de 2020).

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO
 ACÓRDÃO 553/2017 – TCU – PLENÁRIO. ITEM 9.4**
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2019 A ABRIL/2020

				R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				585.303.903,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				101.317.069,36	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				483.986.834,23	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,055051%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	669.844.179,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	669.176.022,89
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	667.936.417,30
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015/ \3				-

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 22/05/2020, 16h32min.

Nota:

1. Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020 (DOU Edição nº 99, p. 23, de 26 de maio de 2020).

RENATA COUTO LESSA LIMA
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA CAROLINA SILVA COSTA
 Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
 Diretor-Geral

Desembargador ROGÉRIO MEDEIROS
 Presidente